

REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO

SERVIÇOS DE REBOQUE NO PORTO DE SINES

CAPÍTULO I

Artigo 1º **Objeto**

1. O presente regulamento contém as disposições fundamentais a observar pela entidade licenciada pela APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., doravante também designada por Autoridade Portuária ou APS, para a prestação de serviços de reboque no Porto de Sines e visa disciplinar as atividades previstas na respetiva licença.
2. As atividades previstas na licença consistem no seguinte:
 - a) prestação de serviços de reboque a embarcações e navios, mediante solicitação destes, excetuando-se os que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel;
 - b) prestação de serviços, mediante solicitação da Autoridade Portuária ou de outros operadores económicos, na área de jurisdição do porto de Sines;
 - c) prestação de serviços de apoio a operações de manutenção na área portuária que possam ser efetuados pelos equipamentos e pessoal afetos à licença;
 - d) prestação de serviços de apoio em situações de emergência;
 - e) participação no combate a incêndios e à poluição marítima que possam ocorrer na área portuária.
3. Cada serviço de reboque é requisitado a uma única entidade prestadora, a qual é responsável pela prestação do serviço e pela faturação do valor total do mesmo, independentemente da eventual utilização de meios de terceiros aprovados pela APS.
4. O presente regulamento estará subordinado aos regulamentos e normas gerais do Porto de Sines, prevalecendo aqueles em caso de dúvida e/ou contradição.

Artigo 2º **Competência**

Na sua área de jurisdição, a APS tem competência, nomeadamente, para:

- a) zelar pelo cumprimento da lei em vigor e aplicar sanções nela prevista;
- b) fiscalizar atividades desenvolvidas pela licenciada;
- c) fixar as taxas máximas a cobrar pela utilização dos serviços;
- d) regular o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Artigo 3º

Segurança e Ambiente

1. A licenciada e/ou os seus agentes, enquanto permanecerem na área de jurisdição portuária, são obrigados a cumprir as normas e regulamentos da APS, o estabelecido nos editais da Capitania do Porto de Sines e demais legislação aplicável.
2. A licenciada terá um plano de emergência que ficará inserido nos planos de emergência das autoridades marítima e portuária, participando, nas condições que vierem a ser estabelecidas, nos exercícios, treinos e ações reais.
3. Os serviços de segurança e ambiente serão sempre requisitados pela Autoridade Portuária.

Artigo 4º

Responsabilidade

A APS não assume qualquer responsabilidade por perdas, danos, acidentes ou avarias causadas por inobservância das disposições deste ou de outros regulamentos ou falta de precaução de todos aqueles que, em serviço ou não, frequentem os recintos portuários.

Artigo 5º

Danos em instalações e equipamentos

1. A reparação de avarias ou estragos, culposamente causados pela licenciada em equipamentos ou quaisquer bens da APS, será efetuada pelos respetivos responsáveis sob fiscalização técnica da APS.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a APS notifica o causador ou seu representante, fixando-lhe prazo para a reparação e, sempre que possível, indicará o custo orçamentado para a realização do serviço.
3. No caso de o responsável não querer ou não fazer a reparação no prazo fixado, esta é executada pela APS, correndo as despesas por conta daquele.

Artigo 6º

Horário de funcionamento

1. Os serviços funcionarão de modo a que possa ser prestado um serviço regular e contínuo ao longo das 24 horas do dia e de todos os dias do ano.

2. A licenciada designará um coordenador operacional, fornecendo à APS os modos de contacto com o mesmo, que assegurará todas as ações de forma a satisfazer as necessidades requeridas pelas autoridades marítima e portuária, em termos dos serviços a prestar e ainda em termos da segurança do porto e suas instalações.
3. Os serviços serão requisitados conforme previsto no Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines e normas complementares, pelas formas que estiverem estabelecidas e em vigor.

Artigo 7º

Navegação e manobras

A navegação e as manobras das embarcações efetuam-se de acordo com as instruções emanadas pela APS e pela Capitania do Porto de Sines, em acordo com as normas nacionais e internacionais de segurança marítima em vigor.

CAPÍTULO II

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Artigo 8º

Ativação dos meios

1. Os serviços da APS confirmarão a hora do serviço, pelos meios previstos, competindo à licenciada a ativação dos meios necessários – pessoal, reboques e equipamentos – previstos nas normas em vigor.
2. A licenciada é responsável pelo transporte do pessoal que está afeto à licença, do modo e com os meios que julgar mais adequados para o efeito, de forma a garantir, nos tempos fixados, o cumprimento da prestação dos serviços.

Artigo 9º

Ligação ao sistema de gestão portuária

1. A licenciada compromete-se a estabelecer e a manter ligação à aplicação informática de gestão portuária, atualmente a JUP II (Janela Única Portuária).
2. Compete à licenciada efetuar, em tempo, os registos dos dados que respeitam aos serviços efetuados.

Artigo 10º

Obrigatoriedade de utilização de rebocadores

A utilização dos rebocadores para o serviço de manobras de navios dentro da área de exploração portuária será efetuada de acordo com o previsto no Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines e normas complementares.

Artigo 11º

Direção e responsabilidade do reboque

1. A prestação dos serviços de reboque rege-se pela legislação aplicável em vigor, com as definições constantes nos números seguintes.
2. A direção do trem de reboque pertence ao rebocado e é exercida pelo seu comandante, mestre ou arrais; poderá pertencer ao rebocador desde que previamente acordado.
3. Designa-se por "trem de reboque" o conjunto formado pelo rebocado e rebocador ou rebocadores, durante a execução da manobra.
4. Para efeitos do número anterior, o rebocador pertence igualmente ao trem de reboque desde que se encontre sob a direção do rebocado, com cabo de reboque passado, ou não, e durante a manobra de aproximação para passar ou recolher o cabo de reboque respetivo.

CAPÍTULO III

INTERESSE PORTUÁRIO

Artigo 12º

Interesse portuário

A aplicação das normas contidas no presente regulamento e em regulamentação complementar poderá ser prejudicada sempre que o interesse portuário, nos termos previstos no Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines, o justifique e seja evocado pela Autoridade Portuária.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 13º

Resíduos

1. A licenciada obriga-se ao cumprimento das normas e regulamentos em vigor na área de jurisdição da APS.

2. A remoção de lixo ou de resíduos, resultantes da normal operação das embarcações e equipamentos afetos à licença, é da responsabilidade da licenciada.
3. A remoção de lixo ou de resíduos, resultantes da realização de obras e trabalhos efetuados nas embarcações, equipamentos e instalações afetas à licença, é da responsabilidade da licenciada, ainda que os mesmos sejam efetuados por terceiros.

Artigo 14º

Fornecimentos e serviços

1. As embarcações ou instalações afetas à licença podem utilizar as facilidades concedidas pela APS ou por outras entidades autorizadas para o fornecimento de água potável, combustíveis, energia elétrica, telefones, vapor e outros, devendo estes ser requisitados e efetuados de acordo com as condições que estiverem estabelecidas.
2. Os rebocadores que, para receberem o fornecimento requerido, necessitem de se deslocar e/ou utilizar alguma das infraestruturas do porto, deverão contactar, em tempo, o Centro de Controlo de Tráfego, através dos meios estabelecidos, para solicitarem a respetiva autorização.
3. Os custos do fornecimento dos serviços serão de acordo com o Regulamento de Tarifas da APS e/ou das entidades concessionárias ou licenciadas, devendo os recibos referentes ao fornecimento serem assinados pelo representante da licenciada.

Artigo 15º

Estacionamento das embarcações

1. O estacionamento das unidades afetas à licença serão sempre efetuados nos locais adequados que lhes forem destinados pela APS, podendo esta, a todo o tempo, destinar para tal outros locais igualmente adequados, ainda que temporariamente, em função das alterações que se verifiquem na área portuária ou quando interesses comerciais do porto o justifiquem, sendo os custos destas mudanças da exclusiva responsabilidade da licenciada.
2. As embarcações, enquanto se encontrem na área portuária, disporão de vigia em permanência.

CAPÍTULO V

QUALIDADE

Artigo 16º

Qualidade

1. A licenciada obriga-se a prosseguir os princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da APS.
2. A licenciada deverá preferencialmente manter um sistema de certificação de qualidade.

Artigo 17º

Protestos e reclamações

1. A licenciada obriga-se a dar conhecimento aos serviços da APS de todos os protestos e reclamações que receber, bem como da resposta aos mesmos, mantendo registos atualizados.
2. Os dados farão parte dos indicadores que a licenciada se obriga a fornecer trimestralmente à APS.

Artigo 18º

Indicadores de gestão

A licenciada fornecerá trimestralmente à APS dados estatísticos, onde constarão os seguintes indicadores:

- a. Número e tipo de serviços – efetuados, cancelados, etc.;
- b. Unidades utilizadas – por manobra, etc.;
- c. Tempos – à ordem, em serviço, etc.;
- d. Atrasos – da licenciada, de outros;
- e. Protestos e reclamações – recebidos, emitidos;
- f. Outros que a licenciada entenda úteis ou que venham a ser solicitados pela Autoridade Portuária.